----------ATA Nº. 3----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2017: Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação das Atas n.º 26 (Mandato 2013/2017); Ata n.º 1 (Mandato 2017/2021) Ata n.º 2 (Mandato 2017/2021); ----------
2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; ----------
3) Plano Estratégico Educativo Municipal; ----------
4) Listagem dos Compromissos Plurianuais; ----------
5) Revisão Orçamental n.º 3; ----------
6) Proposta n.º 11/Mandato 2017-2021 – Participação Variável de IRS; ----------
7) Proposta n.º 12/Mandato 2017-2021 – Derrama; ----------
8) Proposta n.º 13/Mandato 2017-2021 – Fixação da Taxa do IMI; ----------
9) Proposta n.º 14/Mandato 2017-2021 - Documentos Previsionais para o ano de 2018; ----------
10) Proposta n.º 15/Mandato 2017-2021 – Mapa de Pessoal para 2018; ----------
11) Proposta n.º 16/Mandato 2017-2021 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais; ----------
12) Proposta n.º 17/Mandato 2017-2021 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para aplicação no ano de 2018; ----------
13) Proposta n.º 18/Mandato 2017-2021 – Isenção temporária e condicionada do pagamento da Taxa de Ocupação do Subsolo com condutas de gás natural; ---
14) Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Casal Comba – Aquisição de imóvel para construção/instalação de estaleiro - Proposta n.º 19/2017 Mandato 2017-2021; ----------
15) Designação de 4 cidadãos para a Comissão Alargada da CPCJ. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal para verificar as presenças. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Isabel Maria dos Santos Luzeiro e António da Silva Laranjeira, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se por Iola Marina Gaspar Batista, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo e Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, respetivamente. ----------

Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara, Rui Manuel Leal Marqueiro e Vice- Presidente, Guilherme José Campos Duarte e os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida e Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes. A Senhora Vereadora Sara Isabel Marques Ferreira, não esteve presente, tendo sido substituída pelo Senhor Adérito de Almeida Duarte. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: ----------

1) O Senhor Óscar Manuel Ferreira Carvalho, residente no Luso, pediu a palavra, e no uso da mesma, colocou várias questões: nas grandes opções do plano verificou não existir uma verba destinada à reparação da fonte de São João; limpeza da Quinta do Alberto; data do início da obra do parque de estacionamento em frente ao centro de saúde; termos do projeto das obras no cine teatro do Luso; conclusão da primeira fase das obras de requalificação do Luso; estado das escolas de Monte Novo e Louredo; data das obras na Mata do Buçaco; quem suporta os custos com a publicidade das "newsletters" que acompanham as faturas da água. (inicio: após 15 minutos; fim: após 25 minutos) ----------

2) A Senhora Carolina Santos, residente na Mealhada, pediu a palavra, e no uso da mesma, declarou que intervinha também em nome de alguns munícipes presentes, demonstrando preocupação pela existência de um elevado número de animais domésticos errantes detetados no Concelho, sendo uma questão de saúde e de segurança pública e dos direitos dos animais. Referiu que a Câmara Municipal não cumpre a legislação que define a obrigatoriedade da existência de canis e gatis e que as pessoas vão resolvendo as situações junto da Associação 4 Patas e Focinhos. Questionou se a Câmara Municipal irá aplicar a Lei n.º 27 de 2016, de 26 de agosto e correspondente Portaria n.º 146, de 2017, que prevê que as autarquias disponham de um centro de recolha oficial para cães e gatos errantes para que sejam recolhidos, esterilizados e encaminhados para a adoção, para limitar o abate dos mesmos. Solicitou ainda informação sobre o destino dos animais colocados, no abrigo improvisado, conhecido por box, recentemente construído pela Câmara Municipal. (inicio: após 25 minutos; fim: após 33 minutos)

3) A Senhora Ana Neto pediu a palavra, e no uso da mesma, declarou que reforçava o teor da intervenção anterior e que a questão dos animais errantes diz respeito a cada um, não só porque se deve cuidar dos animais, não só de companhia, mas de todo o tipo de animais, mas também por ser uma questão de saúde pública. (inicio: após 33 minutos; fim: após 35 minutos) ----------

4) A Senhora Cláudia Marques pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que nada tinha a acrescentar às intervenções anteriores. (inicio: após 36 minutos; fim: após 37 minutos) ----------

5) A Senhora Patrocínia Bento, residente na Pedrulha, pediu a palavra, e no uso da mesma felicitou os novos elementos da Assembleia Municipal esperando que a sua nova função seja mais proactiva e que dê o maior número de respostas aos munícipes, tendo ou não representantes nas listas constituídas nas Juntas de

Freguesia. Colocou três questões: dificuldade da limpeza dos contentores porque os cabos da EDP impedem o braço elevatório de se movimentar; se o pavimento rasgado, na sequência da mudança das canalizações da água, vai ser apenas tapado ou colocado tapete; aproveitando os arranjos dos rasgos, se o caminho junto à entrada da sua garagem, for público, poderia ser também pavimentado, caso contrário, resolverá o assunto. (inicio: após 37 minutos; fim: após 40 minutos) Não havendo mais inscrições do Público, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Óscar Carvalho, referiu que no momento não está prevista nenhuma intervenção na fonte, para além das tarefas normais de desinfeção e correção de algum problema que possa surgir; o projeto do de execução do parque de estacionamento está, praticamente, pronto; quanto ao cine teatro, na sessão de apresentação do projeto, no Luso, onde o Senhor Óscar esteve presente, o senhor arquiteto explicou todos os termos do mesmo; a requalificação do Luso foi feita em duas empreitadas e os trabalhos previstos estão concluídos e a obra foi encerrada; o parque de estacionamento está previsto nas grandes opções do plano, com uma dotação orçamental que será reforçada em breve e o projeto de execução está quase pronto. Quanto à Mata do Buçaco, pouco poderá dizer, pois a Câmara Municipal não tem jurisdição sobre a mesma, que depende de duas entidades, em primeira linha, da Fundação, depois tem a tutela do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Regional e uma entidade que está representada no Conselho Diretivo que é o ICNF que também depende do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Regional. A Câmara Municipal teve a tarefa de escolher o Presidente, atribui dinheiro e cede alguns materiais quando é solicitado, com a colaboração de funcionários. A obra da Mata do Buçaco só é da responsabilidade da Câmara porque a Fundação não tem engenheiros, nem técnicos capazes de a acompanhar e fazer fiscalização, mas como a Câmara também não tem os que são necessários, há um protocolo entre a Câmara Municipal e a Direção Regional da Cultura do Centro para esta entidade colocar arqueólogos, arquitetos especializados em matéria de património, entre outros. A obra é tripla, sendo uma parte da responsabilidade da Câmara Municipal, uma parte da Direção Regional do Centro e outra dos fundos comunitários - programa Centro 2020 e nem sempre as coisas correm tão rapidamente como se desejaria. Quanto à publicidade que acompanha as faturas da água, as "newsletters" dão notícias, não fazem publicidade e não vendem nada.----------

Quanto à intervenção da Senhora Carolina Santos sobre animais errantes, o Senhor Presidente deu razão a algumas das críticas que fez, mas um centro de recolha animal, veterinários e tudo que seja necessário para tratar de animais errantes não se arranja de um dia para o outro, no entanto, no fim do mandato tudo estará definido, para se avançar com o projeto. Acrescentou que as críticas também devem ser dirigidas aos munícipes. Relativamente à lei em vigor, é fácil ao legislador fazê-las, mas, para o seu cumprimento é necessário haver recursos.

Referiu ainda, para total esclarecimento, que desde finais de 2013, princípio de 2014, não há abates de animais autorizados pela Câmara Municipal. A box existe para situações de emergência. Há falta de civismo por parte dos donos dos animais que os abandonam e maltratam. ----------

Quanto às questões colocadas pela Senhora Patrocínia Bento, informou que recebeu informação que a EDP iria solucionar a situação dos cabos, e após reunião com o Senhor Eng.º Pita, tinha solicitado insistência junto da ERSUC para proceder à recolha do lixo e para que os serviços fizessem a recolha do que não fosse da responsabilidade daquela entidade; os pavimentos, no tipo de obras referidas, normalmente, não são repostos com tapetes novos, havendo pavimentação nas valas que foram abertas para a colocação das condutas; relativamente ao caminho, se for público, é da responsabilidade da Junta de Freguesia, não do Município, no entanto, se o empreiteiro abriu rasgos irá repor o pavimento. (inicio: após 40 minutos; fim: após 1 hora e 4 minutos) ----------

Não tendo havido intervenções do Público a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

Inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais: Luís Brandão, Luzia Quintela, Paula Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Luso, Carlos Martins, Presidente da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. -----

1) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra, e no uso da mesma, expressou a sua satisfação por ver a sala cheia, o que demonstra o interesse pelo Órgão; congratulou-se por ter ouvido a promessa do Senhor Presidente da Câmara do centro de apoio animal ser uma obra concluída no prazo de quatro anos; felicitou a Fundação Mata do Buçaco pelo reconhecimento da relevância do Palace e da Mata do Buçaco, com a classificação de Monumento Nacional; questionou a Senhora Presidente da Mesa pelo facto dos documentos de apoio à Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal não estarem disponíveis no servidor, na página da internet da Assembleia Municipal; lamentou os factos ocorridos na última Assembleia no último ponto da Ordem do Dia. (inicio: após 1 hora e 4 minutos; fim: após 1 hora e 9 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que o Bloco de Esquerda considera urgente a aplicação da Lei n.º 27/2016, não devendo o executivo camarário escudar-se na falta de dinheiro; solicitou esclarecimentos sobre a sinalética horizontal em frente à EB 2,3, concretamente a duas passadeiras mal assinaladas, sugerindo uma passagem para peões entre o parque de estacionamento em frente à escola até ao passeio da entrada da mesma, sabendo que isso implicaria algum rebaixamento de alguns dos passeios; referiu que o tráfego entre a EB 2,3 e a Secundária é caótico nas horas de ponta - oito e meia e cinco horas -, questionando a possibilidade de alterações; falta de iluminação em frente à escola EB 2,3. (inicio: após 1 hora e 9 minutos; fim: após 1 hora e 15 minutos) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, pediu a palavra, e no uso da mesma, manifestou o seu desagrado pela forma como os Juntos Pelo Concelho

da Mealhada participaram na campanha eleitoral para as eleições autárquicas, criticando o tom negativo das mensagens que difundiram e a forma desrespeitosa como trataram os adversários, considerando vergonhosa a campanha que fizeram. Lamentou as posições assumidas pelos eleitos daquele grupo que votaram contra o Plano de Atividades e o Orçamento, sem justificação, entendendo que tais posições não demonstram preocupação com a população do Concelho da Mealhada. Apelou ainda ao voto responsável dos membros da Assembleia nas deliberações a tomar. (inicio: após 1 hora e 15 minutos; fim: após 1 hora e 20 minutos) ----------

4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------

"*Bussaco Monumento Nacional* ----------

A Mata Nacional do Bussaco, com todo o seu património edificado, religioso, cultural, militar e botânico, foi classificada em Conselho de Ministros do passado dia 7 de Dezembro, como Monumento Nacional. É uma decisão histórica e importantíssima para o Bussaco, mas também para a vila e freguesia de Luso, para o concelho da Mealhada e para esta região entre Coimbra e Aveiro. Há 74 anos que uma decisão administrativa não tinha tanta importância para o contexto local e para o que pode representar no acesso a fundos comunitários e nacionais cujo acesso, até aqui, estava vedado â Mata Nacional do Bussaco por não estar incluída no lote dos Monumentos nacionais. É uma decisão de inteira justiça, para a qual contribui o trabalho do executivo da Câmara Municipal da Mealhada e do Conselho directivo da Fundação Bussaco.É uma decisão no sentido certo de alicerçar a candidatura da Mata Nacional do Bussaco a Património Mundial da Unesco, algo que contribuirá decisivamente para o aumento da visitação e para o desenvolvimento da economia local, sobretudo da freguesia de Luso... assim seja entendido pelos agentes económicos locais e surjam as iniciativas e investimentos adequados a corresponder na medida correcta. Somos todos conscientes que ao aumento do estatuto atribuído a este espaço, corresponderá o aumento das responsabilidades de logística e gestão que, tenho a plena convicção, estarão asseguradas. A Junta de Freguesia de Luso está desde o primeiro momento solidária com esta iniciativa e inteiramente disponível para assumir a sua quota parte de responsabilidade para garantir o seu sucesso. Por isso, proponho que a candidatura a apresentar à Unesco não se limite apenas à Mata Nacional do Bussaco, mas sim ao Luso-Bussaco, um binómio que coexiste e coexistirá ao longo dos tempos, que tem garantido e garantirá a dimensão da sustentabilidade económica e social, sempre tão importantes para contextualizar e justificar estas componente sem quaisquer candidaturas". (inicio: após 1 hora e 20 minutos; fim: após 1 hora e 22 minutos) ----------

5) O Senhor Deputado Municipal, Carlos Martins, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu-se aos problemas da falta de água que afetam o país, congratulando-se pelo facto de no Concelho da Mealhada o abastecimento de água ter corrido normalmente, concluindo que num ano de seca tão severo como

foi 2017, só um Município bem estruturado, equipado e com muito e bom trabalho feito pode responder com eficácia e prontidão a um problema tão grave, sem necessidade de qualquer ajuda ou recurso a medidas especiais. Dirigiu uma palavra de apreço e de reconhecimento ao bom trabalho que vem sendo realizado e prestado pela Câmara Municipal que uma vez mais soube estar à altura das suas responsabilidades de servir tão bem os seus munícipes. Questionou ainda se a Câmara Municipal está ou não preparada para dar uma resposta positiva às alterações climáticas que se preveem para os próximos anos. (inicio: após 1 hora e 22 minutos; fim: após 1 hora e 25 minutos) ----------

6) O Senhor Presidente da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que gostou do Natal na cidade da Mealhada, congratulando-se com a intervenção em todos os edifícios, principalmente, na zona central, no que diz respeito a pinturas e arranjos exteriores. Felicitou ainda a Câmara Municipal pelas seguintes iniciativas: apresentação do programa de intervenção e reabilitação urbana, PIRPEC, com apoios a fundo perdido, para todo o concelho da Mealhada, havendo já algumas candidaturas em fase de aprovação; pelo apoio à natalidade, recebendo cada casal que registe um filho no concelho, um apoio para os primeiros vinte e quatro meses de vida da criança, no valor de mil e quinhentos euros; pela decoração do Natal em toda a zona administrativa e cultural da cidade, mostrando o apoio efetivo da Câmara Municipal ao comércio local; pela adquisição de um edifício em Ventosa do Bairro, que vai dar origem à Casa Municipal da Criatividade e da Juventude, pelo valor de trezentos e dez mil euros e de um edifício e terrenos envolventes, no centro da Cidade, junto ao terreno onde se pretende construir o novo edifício dos Paços do Concelho que permitirá a ligação da Av. Dr. Manuel Louzada à Urbanização do Choupal e à Rua Branquinho de Carvalho e criará inúmeros lugares de estacionamento. (inicio: após 1 hora e 25 minutos; fim: após 1 hora e 30 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa solicitou à Senhora Deputada Municipal, Marilisa Duarte, que pudesse prestar informações sobre a última reunião da CIM, tendo no uso da palavra, informado que no dia 19 de dezembro, a sessão iniciou-se com a instalação daquele Órgão, tendo sido eleita a Mesa da Assembleia Intermunicipal, presidida por Luís Marinho, Deputado Municipal em Coimbra, como Vice-Presidente, Fernando Antunes, Deputado Municipal em Coimbra e Secretária da Mesa, Anabela Lemos, Deputada Municipal em Condeixa. No segundo ponto foi eleito o Secretário Executivo Intermunicipal, o Dr. Jorge Brito, sob proposta do Conselho Intermunicipal, tendo de seguida, tomado posse. Seguiu-se a aprovação, por maioria, da segunda revisão ao Orçamento e grandes opções do plano para 2017 e discutido questões sobre a diminuição do financiamento comunitário. Foi também aprovada, por maioria, a autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso para 2018 e dado conhecimento da certificação legal de contas do primeiro semestre de 2017. As Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018 foram

aprovados por maioria. (inicio: após 1 hora e 30 minutos; fim: após 1 hora e 32 minutos) ----------

De seguida, a Presidente da Mesa informou que se tinha realizado no dia 9 de dezembro o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cujo tema central foi a descentralização administrativa, com a transferência de competências para as autarquias e para entidades intermunicipais. No final foi formulada uma Resolução cujo texto será enviado a todos os Senhores Deputados Municipais. ----------

Em resposta à intervenção do Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, sobre os documentos de apoio à Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal não se compreende a questão uma vez que os documentos chegaram a tempo a todos os Senhores Deputados Municipais, tendo apenas havido um atraso na publicação para o público, o que se ficou a dever ao facto da pessoa que trata do assunto ter estado de baixa médica, mas a questão foi logo resolvida e os documentos encontram-se devidamente publicados, o que acabou de ser confirmado. Relativamente ao sucedido na Assembleia anterior, no último ponto, a Mesa não deu início a votação, nem se apercebeu, nem sequer os elementos que a compõem votaram. (inicio: após 1 hora e 32 minutos; fim: após 1 hora e 37 minutos) ----------

Os Bombeiros Voluntários da Mealhada compareceram na Assembleia pedindo licença para cantar um cântico de Reis, o que sucedeu. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, informou que não foi recebida nenhuma comunicação, por parte das forças de segurança, com a informação sobre qualquer sinalização incorreta na zona da Escola Secundária ou na E.B., mas encarregará os serviços municipais competentes nessa matéria, para verificarem a situação; quanto ao tráfego não concorda que seja caótico, mas as pessoas têm que aguardar, pois é um momento de ponta, que existe naquele sítio, e acontece quando as pessoas resolvem ir para o mesmo sítio, à mesma hora, podendo criar alguns problemas no trânsito; quanto à falta de iluminação, já há algum tempo foi pedida uma melhoria na iluminação pública, à EDP; sobre o centro de acolhimento animal informa que no programa eleitoral do PS está previsto um. ----------

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso, informou que brevemente se iniciaria o processo do pedido, junto da Unesco, para a acreditação.----------

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Martins, sobre a falta de água, informa que consta do Plano de Atividades uma rubrica que se refere a uma ligação a um depósito a construir em 2018, com capacidade para mil e quinhentos metros cúbicos, que irá garantir o abastecimento, tendo essa obra já foi adjudicada, estando a aguardar o visto do Tribunal de Contas. ----------

Sobre a intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias, o PIRPEC é um programa municipal que pretende apoiar, nalguns casos a fundo perdido, as

obras de algum relevo. Quanto ao apoio à natalidade, referiu que será dada a devida informação aos munícipes no Centro de Saúde, Extensões de Saúde e Hospital da Misericórdia, podendo as crianças registadas no Município de Mealhada, ter apoio, atendendo aos níveis de rendimento, existindo uma política na área social, uma vez que não serão apoiadas pessoas que ultrapassem determinados níveis. Quanto à Casa Municipal de Juventude, foi adquirido o prédio e também o terreno e a casa que irá permitir a abertura à Av. Dr. Manuel Louzada, proporcionando uma maior visão do que será a cidade da Mealhada num futuro próximo, sendo a obra integrada no programa PARU e com financiamento de fundos comunitários. (inicio: após 1 hora e 37 minutos; fim: após 1 hora e 47 minutos) ----------

9) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que o Senhor Presidente da Câmara não utilizou uma forma correta para responder às questões que colocou. (inicio: após 1 hora e 47 minutos; fim: após 1 hora e 51 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que não foi incorreto com ninguém. (inicio: após 1 hora e 51 minutos; fim: após 1 hora e 57 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.º 26 (MANDATO 2013/2017 E N.º 1 (MANDATO 2017/2021). ----------

A Senhora Presidente colocou à votação a ATA n.º 26 (Mandato 2013/2017). -------

Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; abstiveram-se os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Jorge Manuel Ferreira Rama e Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues, por não terem estado presentes na sessão. ----------

A ATA n.º 26 (Mandato 2013/2017) foi aprovada, por maioria, com vinte votos a favor e sete abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação a ATA n.º 1 (Mandato 2017/2021). ----------

O Deputado Municipal, Senhor João Louceiro, pediu a palavra, para ler a seguinte intervenção: ----------
"A propósito da Ata n.º 1 (2017/2021), ----------
Entendemos fazer algumas observações sobre a insuficiência do descrito: ----------
- não há qualquer referência a uma autêntica debandada de eleitos – renúncias legítimas, não pomos em dúvida! – que, poucos dias antes, faziam juras de superior empenho mas que, a final, não estiveram presentes, nem sequer, na tomada de posse – são factos que deveriam ter menção na ata da tomada de posse (e que, já agora, carecem da necessária e normal publicitação); ----------
- na sessão de tomada de posse, o sr. presidente da CM interveio, destacando os projetos para o mandato; a mais ninguém foi dada a palavra; na ata não há referência à intervenção do presidente da CM; ----------
- a sr.ª presidente da AMM, depois de reeleita, interveio; falou de um "grupo de trabalho" e, mais tarde, de uma "equipa" que, pareceu-nos, seria constituída por todos nós, membros da assembleia; a propósito dos resultados eleitorais, aproveitou o ensejo para lançar farpas, digamos assim, à oposição ("o nosso povo não se deixa iludir com demagogia e maledicência"); ----------
- a mais ninguém foi dada a palavra; ----------
- a ata não dá conta das alocuções proferidas naquele dia. ----------
Uma nota final sobre a não disponibilização da ata da sessão anterior: ----------
A ata em apreço devia ter sido enviada atempadamente. É importante para não atrasar e distanciar demasiado a aprovação das atas da realização das sessões. Mas é importante, também, para, caso seja necessário, já podermos usar o registo na preparação da próxima sessão. ----------
Entendemos que deve ser encontrada uma solução para estes atrasos; e relembramos os artigos 26.º e 31.º da Lei n.º 75/2013. ----------
Admitimos que estes problemas resultem da insuficiência de trabalhadores que integram o núcleo de apoio a esta assembleia, "em termos a definir pela mesa e a afetar pela câmara". ----------
Cabe, pois, à mesa e, em particular, à sua presidente, diligenciar no sentido de resolver, definitivamente, estas situações. " (inicio: após 1 hora e 57 minutos; fim: após 2 horas) ----------
A Senhora Presidente interveio para esclarecer que a Ata n.º 1, se refere apenas à eleição para constituição da Mesa, e por esse motivo, não constam as intervenções feitas na tomada de posse. ----------
Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de

Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; abstiveram-se: Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama e Luís Miguel Pereira Brandão. ----------

A ATA n.º 1 (Mandato 2017/2021) foi aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Luís Miguel Pereira Brandão, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

1) No uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, colocou as seguintes questões: ----------

- Como será articulado o parque de estacionamento em frente ao Centro de Saúde de Luso, referido no capítulo dos documentos entregues, e outro, prometido na campanha eleitoral, pelo Senhor Presidente da Câmara, a construir no local onde se encontra o edifício, conhecido por Turiluso; Índice de Transparência Municipal; na distribuição de pelouros, e pelo elenco de responsabilidades, não viu o tema – Juventude; existindo um Vereador do Executivo que acumula a função de Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada e também de Presidente da Associação Humanitários dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, sendo entidades com protocolos com a Câmara Municipal e tendo o Vereador a pasta social que inclui a rede social, onde está incluída a IPSS, e não questionando a legalidade da situação, perguntou se não haveria algum constrangimento no tratamento desta questão relativamente a outras instituições do Concelho, nem que se prejudicasse estas duas onde é dirigente. (inicio: após 2 horas e 10 minutos; fim: após 2 horas e 14 minutos) ----------

2) No uso da palavra, a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, colocou as seguintes questões: ----------

- quando avança a obra de demolição parcial e o projeto de execução de reabilitação da Passagem Superior Sul à Linha do Norte, na Pampilhosa e a contenção de fachadas do edifício da antiga fábrica das Devesas, na Pampilhosa que estão referidas como suspensas; da análise dos documentos, não viu nenhuma indicação de projeto ou medida de fundo para tentar solucionar o problema da passagem subterrânea perto do Theatro Caffé que não serve as pessoas com mobilidade reduzida, carros de bebé ou cadeiras de rodas; a razão de ainda não ter sido decidido o problema dos espaços da EB 2,3 da Mealhada que tem um telheiro que não protege as crianças e onde não existe uma sala de convívio e que não está preparada para alunos e professores com mobilidade

reduzida e ainda, sobre a intervenção dos serviços de reprografia. (inicio: após 2 horas e 14 minutos; fim: após 2 horas e 17 minutos) ----------
3) No uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, leu a seguinte intervenção: ----------
"Uma primeira referência – de sincero regozijo! – pela recente aprovação, em conselho de ministros, da classificação da Mata do Buçaco e do seu património edificado como monumento nacional. ----------
Fazemos votos para que esta aprovação não seja uma mera insígnia, melhor dizendo, uma decisão hipócrita do conselho de ministros. Depois de tanto tempo em que o poder central não fez mais do que "marimbar-se", acabando mesmo por descartar-se com uma solução fundacional que é, mais ou menos, um "desenrasquem-se se se atreverem", esperamos que esse poder central passe, de vez, a pensar no Buçaco como património nacional, de interesse e de cuidado nacional! ----------
E lembramos: o poder central que esqueceu não foi um poder abstrato mas um poder nas mãos e nas decisões de PS, PSD e CDS... Vamos ver como vai ser, depois do Buçaco ser considerado monumento nacional. ----------
Queremos colocar algumas questões, começando pelos mapas da POSIÇÃO ATUAL DA RECEITA. ----------
- A que se deve um grau, cremos que positivo, de execução da receita da DERRAMA superior a 230? ----------
- No mesmo mapa há uma rubrica que remete para o "CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA – MEC". A dotação é de mais de 1,6 milhões de euros. Pedindo uma resposta que não seja nem meramente contabilística, nem de estrita reafirmação da celebração do contrato que contestamos, perguntamos para que foram e são, em concreto, os 1, 4 milhões de receita já cobrada? Para vencimentos, para energia, para alimentação, para obras e reparações? ----------
Sobre o mapa da POSIÇÃO ATUAL DA DESPESA... ----------
Verificamos que estarão pagos menos de metade de 25.000 euros que figuram em dotação da rubrica "Escola Profissional da Mealhada". Isso pode ser explicado, com certeza, mas, mais do que isto, gostaríamos de saber se a CM está em condições de informar esta assembleia sobre eventuais dificuldades resultantes de atrasos na disponibilização de financiamentos que, temos sabido, vão afetando muitas congéneres? ----------
No mesmo mapa surge a rubrica "Bolsas de estudo e mérito": dotação, 25.125 euros, cabimentado 16.125; comprometido e faturado, 4000 euros; pagos zero euros, em dívida, 4000. Noutras oportunidades, voltaremos a este assunto por questões mais fundas mas, de momento, o que gostaríamos de ver elucidado são os valores inscritos na rubrica "Bolsas de estudo e mérito". ----------
No mesmo mapa – POSIÇÃO ATUAL DA DESPESA – consta a importante verba de 150.000 euros para a "Recuperação do Cineteatro da Pampilhosa"; ainda nada faturado e nada pago. Como é que estão as coisas relativamente à recuperação? -

Seguem-se algumas páginas que têm a ver com relações da autarquia com as escolas, não especificando o serviço de origem. Nelas é listado um conjunto de ações descritas como "Visita semanal às escolas para acompanhamento quer da manutenção dos espaços quer dos refeitórios escolares". O que é que a CM pode informar acerca da resposta a necessidades de manutenção das escolas e jardins-de-infância? E sobre a situação relativa aos refeitórios escolares e à qualidade da alimentação aí fornecida? ----------

Passando ao mapa das ATIVIDADES DO SETOR DE AÇÃO SOCIAL... ----------

Novembro 2017, "Análise das candidaturas referentes aos auxílios económicos a atribuir para o ano 2017/2018, referente a material escolar", do gabinete do setor... Não haveria de ser antes, ou esta é uma análise de candidaturas "tardias"? ----------

Nas "atividades em curso" aparece uma "Informação e inscrição de candidatos às habitações municipais", também do Gabinete do Setor de Ação Social. Há candidatos? Quantos? São elegíveis para acesso a habitações municipais? Que disponibilidades existem para responder às necessidades desses candidatos? -----

Para terminar, acerca da Informação do GABINETE DE PROJETO E FISCALIZAÇÃO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO, surgem duas "elaborações suspensas", uma do projeto de "Execução da demolição parcial e contenção de fachadas do edifício da antiga Fábrica das Devesas na Pampilhosa", outra da "Execução da reabilitação da passagem superior sul à Linha do Norte em Pampilhosa": ----------

- Em relação à primeira, a especial preocupação pela parte da "contenção de fachadas"; ----------

- Em relação à segunda, uma insistência. Continua a não haver perigo, motivo de preocupação quanto às condições de segurança do pontão? A CMM voltou a diligenciar no sentido de confirmar as efetivas condições de segurança da passagem aérea? ----------

Por último – agora sim – um pedido de informação que, não sendo matéria sob a responsabilidade da autarquia tem muito a ver com o bem-estar das populações. Têm-nos chegado rumores cada vez mais insistentes de que o posto dos CTT na Pampilhosa poderá estar para encerrar. Que informações concretas há sobre isto e, no caso de se confirmar, que iniciativas pretende a câmara tomar para contrariar o encerramento. ----------

Termino lembrando que os trabalhadores dos CTT estiveram em luta, naturalmente pelos seus legítimos interesses e direitos, mas também contra a destruição dos CTT e do serviço universal de correio a que continuamos a assistir". (inicio: após 2 horas e 17 minutos; fim: após 2 horas e 25 minutos) ---------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais. ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado

Municipal, Luís Brandão, sobre o Índice de Transparência Municipal, afirmou que toda a informação que no "site" significava transparência, mas não estava organizado como alguns querem; esclareceu que o pelouro da Juventude está atribuído ao Senhor Vereador Nuno Canilho que também tem responsabilidade no Conselho Municipal da Juventude. Quanto a eventuais constrangimentos na área social, esclareceu que os Senhores Vereadores da Câmara Municipal têm pelouros, mas não têm delegação de competências, o que significa que o Presidente é o responsável. O Senhor Vereador pode propor à Câmara um subsídio, mas a responsabilidade pela despesa será sempre do Presidente, e nas despesas, até cinco mil euros, da Chefe de Divisão, com delegação de competências. Acrescentou ainda que a atribuição de subsídios de apoio de natureza extraordinária, ou de natureza comum, são uma competência da Câmara Municipal. ----------

Questionou o Senhor Deputado Municipal sobre o local onde viu a promessa de aquisição de um prédio no Luso para parque de estacionamento ao que respondeu que teria sido num debate nos 3 Pinheiros. O Senhor Presidente esclareceu ainda, que sempre afirmou e que é do conhecimento geral que o prédio do Turiluso é estratégico, mas nada constou do programa eleitoral para o qual se candidatou, nem está no plano de atividades. ----------

Quanto às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, Ana Luzia Cruz e João Louceiro, relativamente à elaboração suspensa das fachadas da fábrica das Devesas e sobre a Passagem Superior, na Pampilhosa, informou que a Passagem Superior tem um projeto de execução e uma análise. ----------

Relativamente à segurança do pontão afirmou que está assegurada. Referiu que uma vez que não tem conhecimentos técnicos para saber como é possível melhorar a acessibilidade na passagem subterrânea da Mealhada, se iria informar. Concordou com a necessidade de obras na EB 2,3 informando que os programas comunitários serão revistos para saber se há mais linhas de apoio para as escolas e se houver a Câmara Municipal poderá acelerar o processo, se não houver, será mais difícil. O estudo prévio está a ser feito e a obra é de valor substancial, devendo as construções escolares emitir parecer e também tem de ser consultada a Direção Regional e o Ministério. ----------

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, referiu não estar de acordo com a privatização dos CTT porque, atualmente, o serviço é miserável. Para o posto dos CTT da Pampilhosa foi feito um acordo com a Cruz Vermelha que, após contas feitas, verificou que tinha prejuízo com o negócio e os CTT, sem dizer a ninguém, fizeram um acordo com uma senhora comerciante da Pampilhosa. Os CTT nunca contactaram a Câmara Municipal, para coisa alguma. Relativamente ao valor de 4.000 €, refere-se à atribuição de três bolsas de mérito e uma bolsa de estudo, no valor de mil euros cada uma, que já foram pagas. Quanto às verbas do Contrato Interadministrativo, afirmou que seria enviado ao Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, um mapa explicativo com o conjunto de verbas e as respetivas cativações. Quanto ao

GIR, que é uma entidade privada, a Senhora Presidente vai informando sobre os progressos do processo e a IGAC minorou as exigências tendo percebido que se trata de um edifício antigo, não podendo ser impostas coisas absolutamente exorbitantes. Há obra contratada faltando pouco para que o edifício fique à disposição da população mas a verba continuará no Orçamento até que o GIR solicite a sua execução, ou seja, até apresentação dos autos para pagamento. Relativamente às habitações municipais, neste momento não existem habitações vagas, existe sim, um projeto, contemplado no Plano de Atividades, e uma candidatura para reformulação do bloco de habitação social na Mealhada. (inicio: após 2 horas e 25 minutos; fim: após 2 horas e 55 minutos) ----------

3) PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Plano é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas que foi elaborado por um técnico especializado da Universidade de Coimbra, Senhor Professor Pedro Rochete, que se encontra presente para poder prestar esclarecimentos. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, pediu a palavra, e no uso da mesma, manifestou a sua concordância com os princípios básicos do documento e com a abordagem da educação não formal, aquela que não se adquire na escola e na importância dos equipamentos e atividades culturais e desportivas. Refere que no documento em geral, não existem observações quanto à metodologia, mas tem algumas observações de pormenor, por exemplo, no vetor da eficiência energética, sugerindo que as escolas poderiam aproveitar a energia solar para produzir eletricidade. Acrescentou que seria importante voltar a analisar os cursos noturnos, que neste momento não existem. (inicio: após 2 horas e 55 minutos; fim: após 3 horas e 12 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que as preocupações com os transportes vêm ao encontro das propostas do Bloco e que ainda há muito a fazer quanto à mobilidade e acessibilidade no Concelho. Quanto à necessidade de investir na formação de adultos, afirmou que o Agrupamento de Escolas da Mealhada tinha um Centro de Novas Oportunidades de excelência, com provas dadas e confirmadas pelos avaliadores externos e de um modo preconceituoso o ex-governo PSD/CDS mandou encerrar esse centro e tantos outros no País, questionando o que foi feito desde então. Atualmente, a oferta profissional da Secundária é quase residual, questionando o Executivo sobre quem beneficia destes apoios para a lecionação destes cursos profissionais no Concelho e sobre a referência no documento ao perfil do professor da Mealhada e ao currículo local. (inicio: após 3 horas e 12 minutos; fim: após 3 horas e 18 minutos) ----------

3) Interveio o Deputado Municipal, João Louceiro, para ler a seguinte intervenção:

"Em 2016, o PCP fez, na Assembleia Municipal da Mealhada, a sua apreciação sobre a versão então apresentada deste documento. Tinha feito o mesmo, cremos que em 2006, aquando da Carta Educativa que, com virtudes então reconhecidas, foi, na verdade, um dos instrumentos usados pelo país fora para legitimar as políticas de encerramentos maciços de escolas e o prosseguimento da imposição de mega-agrupamentos de escolas, geridos e controlados através de um diretor. -- Tão importante como o rigor do trabalho necessário para produzir um documento desta complexidade, tão importante como os níveis de participação que ele procura e alcança, tão importante como a identificação de especificidades que resultam do território de que trata ou de aspetos comuns a outros ou a todos os territórios, tão ou mais importante do que os diagnósticos e as propostas de ação, será o uso que o documento vai ter no futuro. Em particular, acompanharemos o uso que a câmara dele fará, designadamente, como enquadramento da sua apetência municipalizadora, descrita como descentralizadora, de alargamento de competências na área da educação. O Plano Estratégico não se debruça sobre esta matéria que terá importância decisiva nos próximos anos mas não deixa de lhe abrir portas. ----------

Registamos alterações e aprofundamentos que surgem nesta nova versão do documento. Registamos projetos e ações nele propostos que, como é de esperar vão para além do que é missão das escolas e dos seus profissionais. São propostas – podiam ser outras, claro – que dão nota de áreas em que a autarquia pode e deve intervir e parece-nos haver, da parte dos autores do documento, um sentimento de urgência na sua concretização. ----------

Na nossa análise, as propostas de projetos e ações reforçam a convicção de que não é alocando ou usurpando competências que devem estar no âmbito da autonomia das escolas que as autarquias respondem ao que devem nas áreas da educação; não é mandando no que deve ser das escolas que as autarquias fazem o seu trabalho, ao sabor das perspetivas, capacidades e conceções dos autarcas em funções. ----------

Na nossa perspetiva, o documento não dá atenção ao ponto de partida para intervenções consistentes em matéria de promoção do sucesso educativo. Quem são os alunos com insucesso? De que agregados familiares são? Qual a escolaridade de quem os acompanha? ----------

Não discute, também, formas de atrair e fixar população, designadamente população escolar no concelho: transportes, melhorar o acompanhamento na escola pública, o que não é o mesmo que impor mais e mais atividades escolarizadas, contributos para humanizar os espaços e a vida das escolas... ------

Há áreas de análise que não foram contempladas, como, por exemplo a da suficiência ou insuficiência de profissionais da educação e do ensino, das suas condições de trabalho, sobrecargas e dispersões de tarefas, do envelhecimento, da valorização, das qualificações, etc. O que é preciso melhorar a este nível? Que investimentos a este nível? Não foram analisadas também as AEC, uma área em que a autarquia investe há anos. ----------

Temos, ainda, sérias dúvidas sobre o modelo dito de "governança" para a educação e o ensino e o papel que irá ser assumido pelas várias subcomissões propostas. E, claro, sobre o papel da câmara, não como stakeholder, ou, melhor dizendo, interveniente e parte interessada, mas como tutela em matéria da educação e do ensino, indo da pequena manutenção, às leituras e decisões estratégicas ou ao crescente poder sobre os profissionais e o seu trabalho. ---------
Acompanharemos, então, o caminho que este Plano Estratégico poderá fazer, sem demasiadas ilusões mas também sem excessivo ceticismo. ----------
Para terminar, repetimos aqui a pergunta que fizemos em 2016 mas que, na altura, ficou, apenas, com uma não resposta: quanto custou à autarquia o trabalho desenvolvido para a elaboração deste Plano Estratégico Educativo Municipal? Por quanto foi adjudicado?" (inicio: após 3 horas e 18 minutos; fim: após 3 horas e 25 minutos) ----------
A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas nas intervenções anteriores que, relativamente, à intervenção do Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, referiu que o valor do plano está na Base Gov e o contrato devidamente publicado. Esclareceu que a Câmara Municipal só assinou o contrato Interadministrativo por ser a oportunidade de poder intervir nos edifícios da Escola Secundária e em três Jardins de Infância e acrescentou que a municipalização da Educação não irá acontecer enquanto for Presidente da Câmara Municipal. Quantc às questões da Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia, informou que só não existe um Centro Qualifica na Mealhada porque o Agrupamento de Escolas da Mealhada não apresentou candidatura e ainda apoiou a candidatura de Anadia contra a candidatura da Escola Profissional Vasconcellos Lebre. Acrescentou ainda que se saísse uma lei a determinar que a Câmara deveria escolher os professores, enquanto o Presidente da Câmara se chamar Rui Marqueiro, não escolheria nenhum. (inicio: após 3 horas e 25 minutos; fim: após 3 horas e 37 minutos) ----------
A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Professor Pedro Rochete que prestou esclarecimentos sobre o Plano Estratégico Educativo Municipal informando que a caracterização do território foi feita no volume um, sendo o projeto feito em vários volumes. Acrescentou que a Mealhada, no contexto da CIM, é claramente um dos melhores Municípios em termos de Educação, pelo menos, até ao nono ano. Esclareceu que existem três áreas fundamentais no projeto, sendo a primeira, a da área da educação especial, como grande aposta dos responsáveis pelo projeto e da Autarquia, outra área, é o momento após a saída da escola, no sentido de serem encontradas soluções, quer na Escola Profissional, quer no setor empresarial, e a terceira área, são as soluções para a formação de jovens para funcionar como mão de obra mais qualificada. Acrescenta que o projeto foi pensado de forma global, pensando o território e os cidadãos, esperando que funcione de forma orientadora. (inicio: após 3 horas e 37 minutos; fim: após 3 horas e 49 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o assunto à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Iola Marina Gaspar Batista, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; contra, Ana Luzia Quintela Santos Cruz e absteve-se, João Manuel Lima Louceiro. ----------

O PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

4) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Presidente questionou se alguém pretendia intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal, João Manuel Lima Louceiro, que no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------

"Na listagem de compromissos plurianuais surgem 13 prestações de serviços, 12 delas descritas como na modalidade de avença. ----------

- Pedimos um comentário a esta informação, tendo em conta o que parece ser um número significativo de trabalhadores contratados pela câmara naquela modalidade. ----------

- Alguns dos casos poderão indiciar trabalho subordinado, eventualmente em condições que não são as dos contratos de prestação de serviços. Há garantias de que nenhum daqueles contratos é um falso recibo verde? ----------

- Um desses contratos fala de "assessoria de imprensa, consultadoria de comunicação e de coordenação da animação cultural da FESTAME e de outros eventos"... Solicitamos a explicação desta contratação". (inicio: após 3 horas e 49 minutos; fim: após 3 horas e 50 minutos) ----------

A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas que informou que os contratos de avença têm sido aprovados pela Câmara Municipal, sempre de acordo com a legislação em vigor, e na comunicação refere-se a um contrato com uma senhora que presta trabalho não subordinado na área da comunicação. A assessoria de imprensa é feita por uma empresa mediante um contrato de prestação de serviços. Na proposta dos documentos provisionais, a seguir consta o mapa de pessoal, estando a ser criados alguns lugares para que, em devido tempo, pessoas com contratos de avença, passem ao quadro e quando for possível, a Câmara acabe

com esse tipo de contratação. (inicio: após 3 horas e 50 minutos; fim: após 3 horas e 52 minutos) ----------

5) REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 3: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, o assunto foi colocado à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Iola Marina Gaspar Batista, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e abstiveram-se: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. ----------

A REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1 foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

6) PROPOSTA N.º 11/MANDATO 2017-2021 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS: ----------

A Senhora Presidente interveio para perguntar se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Pedro Semedo e João Louceiro. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte Proposta: ----------

----------*"Proposta* ----------

Ponto 6 da Ordem de Trabalhos ----------

Com base no disposto da Lei n.9 73/2013, de 3 de setembro, os municípios participam até5% das receitas do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas singulares (IRS), podendo cada um deliberar sobre a percentagem a fixar entre os O e os 5%. ----------

Tendo em conta que: ----------

1. O Município da Mealhada tem as contas controladas, sem défice e com receitas fiscais provenientes de outros impostos suficientes para cobrir as despesas. -------

2. Os contribuintes deverão ser premiados face ao excecional esforço que têm vindo a fazer na sequência das medidas de austeridade aplicadas desde, pelo menos, o primeiro Programa de Estabilidade e Crescimento, em março de 2010, apresentado pelo XVIII Governo Constitucional de Portugal para combater a crise de sobre-endividamento do Estado Português, politica continuada nos governos seguintes até hoje. ----------

Propomos que a fixação da participação variável que cabe ao Município estabelecer no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas singulares (IRS) seja de 0% (zero por cento). ----------
Assembleia Municipal da Mealhada, 28 de dezembro de 2017 ----------
O (s) Proponente (s) ----------
Assinatura" (inicio: após 3 horas e 54 minutos; fim: após 3 horas e 55 minutos) -----
2) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: ----------
"A proposta que aqui chega é mesmo igual à do ano anterior, continua a ser acompanhada pelo mesmo texto, o que, eventualmente, poderá merecer um reparo... Ali se lê: "No sentido de aliviar a carga fiscal dos munícipes, que nos dias de hoje já veem os seus orçamentos familiares tão asfixiados, propõe-se a fixação daquela participação em 2% [...]". Não tendo havido uma recuperação tão significativa como seria justo e é necessário – se as prioridades do PS fossem outras – quadro que justificaria o abandono da proposta sobre a participação na receita do IRS, ainda assim é de estranhar que a formulação se mantenha exatamente na mesma, coisa que, por certo, não deixará de agradar à direita. Haveria espaço para, em rigor, acrescentar alguma coisa nesta parte do texto, mas quem somos nós para o dizer?... ----------
- Um apontamento final sobre este assunto: as notas de imprensa da CM continuam a tratar as propostas que traz a esta assembleia municipal como se a assembleia municipal não existisse nem tivesse voto na matéria. Assembleia municipal cuja atividade, por seu turno, mantém-se praticamente invisível para quase todos os munícipes, o que não é um esquecimento: é uma conveniência da maioria do PS. Se lermos algumas das notas recentes, tudo parece decidido em reunião de câmara: a câmara aprovou o IMI, o IRS e a derrama; a câmara aprovou a isenção da taxa de ocupação do subsolo... Confiantes no rolo compressor da maioria do PS, a apresentação de propostas nesta assembleia tomou-se num pró-forma; uma pequena "chatice". É uma leitura do poder local que se esgota no executivo camarário, centrado na figura absolutista do seu presidente. É por coisas destas – e por muitas mais – que se constata a continuada desvalorização do papel da assembleia municipal aqui na Mealhada". (inicio: após 3 horas e 55 minutos; fim: após 3 horas e 58 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que manifestou o seu desacordo com o exposto pelo Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, esclarecendo que as notas de imprensa referem que a Câmara aprovou a proposta que enviará à Assembleia Municipal e é isso que consta das atas, são decisões que a Câmara toma e remete à Assembleia Municipal, acrescentando que chamará a atenção dos serviços para que sejam mais explícitos na redação. Manifestou a sua concordância com a proposta da variável de IRS apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, mas se tirar igual despesa do orçamento. (inicio: após 3 horas e 58 minutos; fim: após 4 horas e 4 minutos) ----------

A Senhora Presidente da Mesa procedeu à leitura da Proposta apresentada e, posteriormente, colocou a mesma à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e contra: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. ----------

A Proposta foi rejeitada por maioria, com dezanove votos contra e oito votos a favor. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Posteriormente, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta n.º 11/Mandato 2017-2021 – Participação Variável de IRS, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; contra, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e absteve-se, Ana Luzia Quintela Santos Cruz. ----------

A PROPOSTA N.º 11/MANDATO 2017-2021 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS, foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor, oito votos contra e uma abstenção. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, para fazer uma Declaração de voto: ----------

"O Bloco abstém-se, pois considera que apesar de ser uma medida que visa beneficiar as pessoas, não contempla aqueles que não pagam IRS e que são os mais carenciados e para além disso a Câmara fica com menor capacidade no

orçamento, o que podia ser canalisado para quem mais precisa". (inicio: após 4 horas e 13 minutos; fim: após 4 horas e 14 minutos) ----------

7) PROPOSTA N.º 12/MANDATO 2017-2021 – DERRAMA: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal, Jorge Rama, que no uso da mesma, leu a seguinte Proposta: ----------

"Proposta de alteração à proposta n.º 12/2017 do executivo: Derrama ----------

Considerando que: ----------

a) Compete à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a fixação da derrama. ----------

b) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar anualmente o valor da taxa da derrama, podendo propor uma alteração à proposta do executivo. ----------

c) A proposta n.º 12, do actual executivo, propõe para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000 euros, aplicar, no ano económico de 2018, uma taxa de derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. ----------

c) Atendendo a que se deve reforçar o nosso concelho tornando-o cada vez mais atractivo para a implementação e manutenção de empresas, é importante cativar e reter também os pequenos empresários, pelo que somos apologistas de políticas simpáticas, mesmo que para muitos sejam simbólicas, também na esfera fiscal. ---

d) Concordamos com a taxa de derrama de 1% para sujeitos passivos com volume de negócio no ano anterior superior a 150.000 euros, tal como é referido na proposta 12do executivo ----------

e) Mas, propomos a alteração de uma taxa de derrama de 0,5% (proposta pelo executivo) para uma taxa de derrama 0% (zero) para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000 euros. ----------

Mealhada, 28 de Dezembro de 2017 ----------

P'os elementos do GMJcCM ----------

Assinatura" (inicio: após 4 horas e 14 minutos; fim: após 4 horas e 17 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa procedeu à leitura da Proposta apresentada e, posteriormente, colocou a mesma à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e contra: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal

Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes.----------
A Proposta foi rejeitada por maioria, com dezanove votos contra e oito votos a favor. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
De seguida, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta n.º 12/Mandato 2017-2021 – Derrama, tendo votado contra, os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues; a favor: Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, João Manuel Lima Louceiro, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. ----------
A PROPOSTA N.º 12/MANDATO 2017-2021 – DERRAMA foi aprovada por maioria com nove votos contra e dezoito votos a favor. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
A Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, para fazer uma Declaração de voto: ----------
"O Bloco considera que não é pelo valor das taxas que se consegue a atratividade das empresas para o Concelho muitas vezes isso passa pelas boas acessibilidades em todos os fatores. O Bloco defende o princípio das empresas pagadoras e estamos a falar de algo sobre os lucros das empresas. Para o Bloco seria, por exemplo, mais eficaz a aplicação de uma taxa reduzida de um por cento para as empresas com valores até cento e cinquenta mil e um e meio para as que têm valores superiores a esse montante. Seria essa a nossa ideia". (inicio: após 4 horas e 17 minutos; fim: após 4 horas e 18 minutos) ----------
8) PROPOSTA N.º 13/MANDATO 2017-2021 – FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI: ------
A Senhora Presidente questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra a Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz que no uso da mesma perguntou se a Autarquia ponderou aplicar alguma taxa agravada no caso de prédios urbanos devolutos, pertencentes a entidades ou a particulares com capacidade económica. (inicio: após 4 horas e 18 minutos; fim: após 4 horas e 19 minutos) ----------
A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a Câmara Municipal não abordou a problemática de aplicar uma taxa agravada de IMI aos casos referidos porque existem recursos para a

regeneração urbana podendo o Município incentivar os proprietários a cumprir determinadas obrigações que têm, reconhecendo que seria uma mais valia fiscal a considerar no próximo orçamento municipal. (inicio: após 4 horas e 18 minutos; fim: após 4 horas e 20 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta n.º 1/Mandato 2017-2021 – Fixação da taxa do IMI, tendo votado contra, a Senhora Deputada Municipal Ana Luzia Quintela Santos Cruz e a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Iola Marina Gaspar Batista, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. ----------

A PROPOSTA N.º 13/MANDATO 2017-2021 – FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI foi aprovada por maioria, com um voto contra e vinte e seis votos a favor. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, para fazer a seguinte declaração de voto: "O Bloco vota contra esta proposta, porque considera que se trata de um imposto injusto, uma vez que é determinado em função do agregado familiar, o tal IMI familiar, sem atender aos rendimentos, aos salários, ao património desse mesmo agregado. Por isso para o Bloco isso não faz sentido". (inicio: após 4 horas e 20 minutos; fim: após 4 horas e 21 minutos) ----------

9) PROPOSTA N.º 14/MANDATO 2017-2021 – DOCUMENTOS PROVISIONAIS PARA O ANO 2018: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais, Ana Luzia Cruz, João Louceiro, Sandra Carvalho e o Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, colocou as seguintes questões: se estavam previstas algumas alterações para a próxima edição do Carnaval; valetas e passeios do Concelho mereceriam neste orçamento uma verba mais específica; a não inclusão da proposta do Bloco, sobre a gratuitidade dos manuais escolares até ao terceiro ciclo; tarifa social da água, a que Câmara Municipal irá abrir acesso automático, conforme proposta do Bloco e nos termos da lei em vigor. (inicio: após 4 horas e 21 minutos; fim: após 4 horas e 24 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra, e no uso da mesma interveio para leu a seguinte intervenção: ----------

"O PCP tem propostas para o Plano e para o Orçamento Municipal de 2018; algumas delas têm sido por nós defendidas e reiteradas junto da câmara municipal em anos anteriores. Têm sido recebidas de forma simpática, mas, lamenta-se, sem tradução nos documentos previsionais concebidos pela câmara. ----------

As propostas do PCP dizem respeito ao futuro das instalações do IVV; dão atenção aos temas da habitação social e do direito à habitação; pugnam por maior empenho na reabilitação urbana; insistem em equipamentos que entendemos importantes para as populações e para as freguesias do concelho; retomam a possibilidade de dotar o concelho de uma rede de ciclovias; reclamam um centro de acolhimento para animais errantes; não desistem, à semelhança de outros concelhos, do estudo de uma rede de transportes intramunicipal e de articulação com os SMTUC; preocupam-se com o estado de conservação do pontão sobre a linha férrea na Pampilhosa e com os acessos à estação dos caminhos-de-ferro para quem vem do Canedo; sublinham a necessidade de um maior apoio à agricultura no concelho; pretendem um papel mais interventivo da autarquia nas questões da floresta; concordam com o apoio às coletividades; aspiram à existência de uma verdadeira programação cultural no concelho da Mealhada; defendem equidade nos investimentos, no sentido da valorização das povoações do concelho... ----------

Durante muitos anos, o executivo camarário, sempre de maioria PS, não chamou os partidos da oposição para consulta prévia à elaboração das propostas dos documentos previsionais. Durante muitos anos, o PS desconhecia ou, o que seria pior, não cumpria a lei no que diz respeito ao Estatuto do Direito de Oposição: tendo maioria, não sentia qualquer necessidade, nem legal, nem democrática de ouvir os partidos da oposição. Nos últimos anos, ainda com o anterior presidente da câmara, o direito de consulta prévia passou a ser respeitado, não obstante os poucos resultados que o PS daí extraiu. ----------

Chegamos a esta sessão da AMM com um ponto na ordem do dia que visa a aprovação dos documentos previsionais para 2018; salvo melhor opinião, a apresentação destes documentos comporta uma irregularidade consubstanciada no desrespeito pela lei, concretamente o desrespeito pelo estatuto do direito da oposição. O PCP não foi chamado para qualquer reunião ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição. ----------

Como há uns anos tivemos de fazer, relembramos hoje que a Lei n.º 24/98, que cuidamos não ter sido revogada, regulamenta esse estatuto, designadamente o direito de consulta prévia, e que a Lei n.º 75/2013 atribui competências expressas nesta matéria: em primeiro lugar à câmara, a quem compete dar cumprimento ao estatuto do direito de oposição e, em particular, ao presidente da câmara a quem compete promover este mesmo estatuto. E, para além da incontornável questão legal, não podemos deixar de reprovar o que parece ser uma pouco democrática

vertigem, quiçá provocada pela maioria absoluta alcançada pelo PS nas últimas eleições autárquicas. Uma lição para outros momentos? ----------
Senhora Presidente, ----------
O PCP solicita que indague as explicações para o sucedido e que interceda no sentido de que não sejam espezinhadas regras básicas do funcionamento democrático, neste caso, do poder local. Cabendo a esta assembleia discutir, noutro momento, a aplicação do estatuto do direito de oposição, importa desde já percebermos o que sucedeu". (inicio: após 4 horas e 24 minutos; fim: após 4 horas e 28 minutos) ----------

3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que o Orçamento Municipal para 2018 merece da bancada do Partido Socialista toda a credibilidade, propondo a sua aprovação, considerando-o realista e prudente e espelhando o rumo que se pretende para o Concelho, podendo sofrer críticas por ser um orçamento de continuidade, na linha do anterior, mas foi essa continuidade que os Munícipes escolheram. Referiu as obras concluídas no mandato anterior, manifestando orgulho, visando o orçamento em análise, no plano de investimentos, o que foi traçado em infraestruras e equipamentos coletivos, que desta vez se encontra alavancado em candidaturas comunitárias já aprovadas. Considera que alguns dos investimentos previstos trarão uma melhor qualidade de vida e permitirão um sólido desenvolvimento no Concelho. (inicio: após 4 horas e 28 minutos; fim: após 4 horas e 33 minutos) ------

4) A Senhora Deputada Municipal, Sandra Carvalho, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que nos últimos quatro anos, aos quais o atual Executivo esteve diretamente ligado, houve sempre rigor na execução dos orçamentos, nunca pretendendo dar "um passo maior que a perna", nem entrar em projetos megalómanos. A referida política de rigor nunca descurou o investimento e a prossecução do bem estar dos cidadãos deste Concelho e a prova está no reconhecimento de entidades externas credíveis, pretendendo, por isso, a aprovação do Orçamento, no interesse da população do Concelho de Mealhada. (inicio: após 4 horas e 33 minutos; fim: após 4 horas e 36 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o assunto à votação, tendo votado contra, os Senhores Deputados Municipais, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e a favor, os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal

Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. ----------
A PROPOSTA N.º 14/MANDATO 2017-2021 – DOCUMENTOS PROVISIONAIS PARA O ANO 2018, foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor e dez votos contra. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, e no uso da mesma, informou que segundo informação dos serviços, presentes na sessão, o PCP foi convocado para a reunião, assim como todos os outros partidos com representação na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, no cumprimento do direito da oposição. Quanto às questões colocadas referiu que relativamente ao Carnaval, não há nada de novo, existindo uma dotação financeira de sessenta mil euros com mais quatro mil euros, se se verificarem problemas meteorológicos prejudiciais ao Carnaval e à bilheteira. Quanto às valetas e passeios, no Orçamento consta um valor global, reconhecendo que algumas carecem de intervenção ou reparação, não sendo fácil chegar a todo o lado, mas a Câmara Municipal tentará melhorar a situação. Quanto à gratuitidade dos livros escolares, no quinto e sexto ano, por decisão do Governo, os manuais serão gratuitos. Quanto à tarifa social da água, já existe e consta de um Regulamento mas, relativamente, ao automatismo, tem muitas dúvidas, porque a situação económica tem de ser comprovada. (inicio: após 4 horas e 41 minutos; fim: após 4 horas e 47 minutos) ----------
O Senhor Deputado Municipal, Raul Rodrigues, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte Declaração de Voto: *"Votar o orçamento municipal da Mealhada exigiu uma análise cuidada e continuada das propostas deste e do executivo anterior.* ----------
No essencial, tudo igual. Não há estratégia comunicada, não há um fio condutor nos investimentos, há a opção pela contínua aquisição de património concelhio, sem que isso represente melhoria das condições de vida, emprego e investimento notáveis no concelho. ----------
Os grandes temas de emprego e atracção de investimento dentro do concelho continuam omissos, como o espelha a quase omissão da abordagem às zonas industriais. ----------
Este é um orçamento que poderia ser desenhado para qualquer outro território, porque se limita ao óbvio e ao que os fundos comunitários financiam para todos, e assim, nunca seremos diferentes de todos os concelhos que competem connosco. Não basta falar de números é preciso de falar de objectivos e isso este executivo não faz. Estão a afastar-nos da realidade. ----------
Nunca poderíamos votar a favor, porque é o nosso voto que apela ao despertar e à consciência da estagnação real deste concelho". (inicio: após 4 horas e 47 minutos; fim: após 4 horas e 49 minutos) ----------
A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte Declaração de Voto: *"Como é sabido publicamente, o*

Bloco de Esquerda apresentou 25 propostas para o Plano de Atividades e Orçamento de 2018 da Câmara Municipal da Mealhada. E apesar de elas significarem melhores condições ao nível da Saúde e Ação Social, Serviços Públicos, Ambiente, Acessibilidades e Qualidade de vida, Educação e Bem-estar animal, nenhuma delas foi tomada em consideração. Este orçamento que hoje se discute, só demonstra a falta de ideias políticas deste executivo e consequentemente falta de viragem para uma governação mais eficaz no combate às problemáticas que foram, no entanto, levantadas pelo Bloco de Esquerda. -------
Para além da indignação com o insuficiente orçamento apresentado pelo Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, volta a criticar a forma como foi desenrolado o processo de auscultação dos partidos ao abrigo do estatuto da oposição. Isto porque, durante a reunião do executivo da câmara municipal da Mealhada no passado dia 18 de dezembro, foi discutido um orçamento que não esteve sujeito a alteração mediante quaisquer propostas apresentadas no dia 15 de dezembro. Foi assim construída uma falácia à volta de um suposto rosto de democraticidade deste executivo que devia ter ouvido os partidos em tempo útil. O Bloco de Esquerda quer deixar bem saliente a falta de postura democrática da câmara relativamente a este assunto. O executivo passa a imagem de um excelente trabalho quando, na verdade, apresenta uma completa deturpação das noções básicas a ter em democracia. Isto dá ainda mais razão ao Bloco na necessidade de uma mudança. Estaremos aqui durante o mandato, em completa vigilância para revelar a verdade sobre as artimanhas governativas deste Partido que de Socialista tem pouco. ----------
E apesar deste simulacro, o Bloco de Esquerda, respeitando o voto de confiança dado pelos seus eleitores, apresentou 25 propostas que teriam um impacto real na vida da população do concelho da Mealhada. Propostas como o aumento da participação orçamental no âmbito da ação social, o apoio que tem de ser dado a muitas famílias e pessoas idosas na reparação das suas casas, a criação de uma rede de transportes, as obras de requalificação em edifícios públicos como a escola EB 2 e 3 da Mealhada e a construção de um canil municipal foram todas propostas que o Partido Socialista deixou "na gaveta". Um pouco estranho, principalmente vindo da parte de um executivo que tanto se congratula com a boa situação financeira. Tudo isto para continuar com a linha ideológica do Partido Socialista na Mealhada de fazer "políticas para o Excel". ----------
Mediante o que foi exposto nesta declaração de voto e porque somos coerentes com aquilo que prometemos durante a campanha eleitoral, a orientação do Bloco de Esquerda foi a de votar contra este orçamento. ----------
28 de dezembro de 2017 ----------
Ana Luzia Cruz, Deputada da Assembleia Municipal da Mealhada pelo Bloco de Esquerda" (inicio: após 4 horas e 49 minutos; fim: após 4 horas e 52 minutos) ------
O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra e no uso da mesma, leu a seguinte Declaração de Voto: "*O PCP condena o desrespeito pelo*

estatuto do direito de oposição que, este ano, marcou negativamente a elaboração das propostas dos documentos previsionais, pela câmara municipal. ----------
Da forma como o processo foi conduzido, resulta que os documentos hoje votados são, apenas e assumidamente, da vontade do Partido Socialista e dos seus eleitos autárquicos que, assim, fazem uma interpretação arrogante de resultados eleitorais, dispensando-se de atitudes democráticas, de auscultarem outras forças e do cumprimento da lei a que estão obrigados. ----------
Neste enquadramento, o PCP votou contra as propostas apresentadas. ----------
Mealhada, 28.12.2017 ----------
João Louceiro, Eleito do PCP" (inicio: após 4 horas e 52 minutos; fim: após 4 horas e 54 minutos) ----------
A Senhora Deputada Municipal, Paula Coelho, pediu a palavra e no uso da mesma, leu a seguinte declaração de voto: *"A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente este Orçamento, por entender que efetivamente defende os interesses dos Munícipes e do Concelho da Mealhada, com obras concretas, objetivas, pensadas e com sentido de utilidade para a comunidade, utilidade essa não só a nível social, como a nível económico, a nível educacional, a nível emocional e foi por isso, não só porque somos maioria, que votámos favoravelmente o Orçamento, mas porque acreditamos neste plano de trabalhos. Esta é a nossa Declaração de Voto."* (inicio: após 4 horas e 54 minutos; fim: após 4 horas e 55 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa interveio, referindo que nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, a duração máxima da sessão é de quatro horas e meia, pelo que, atendendo ao tempo já decorrido, para continuação, terá que ser colocada à votação. Assim, colocou à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Iola Marina Gaspar Batista, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e contra, Nuno Miguel Ferreira de Melo e Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues. ----------
A proposta de continuação de trabalhos na presente sessão foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e dois votos contra. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
10) PROPOSTA N.º 15/MANDATO 2017-2021 – MAPA DE PESSOAL PARA 2018: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra, o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, que no uso da mesma, questionou sobre a razão da diferença do número de lugares a prover previstos no anexo 1 e no anexo 2 e se com o preenchimento daqueles lugares, diminuem significativamente o número de avençados. (inicio: após 4 horas e 55 minutos; fim: após 4 horas e 58 minutos) ----------

A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, esclarecendo que algumas funções exercidas pelo pessoal avençado possam vir a ser desempenhadas por pessoal com contrato de trabalho por tempo indeterminado, mas ninguém pode garantir que as pessoas com contratos de avença possam ganhar os concursos e para se entrar na Câmara pode ser por mobilidade ou concurso público. Acrescentou que não tem elementos que permitam responder sobre a diferença do número de lugares, mas analisará o assunto com os serviços podendo depois dar uma resposta. (inicio: após 4 horas e 58 minutos; fim: após 5 horas e 1 minuto) ----------

Não havendo mais intervenções sobre o assunto, a Senhora Presidente da Mesa, colocou à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Iola Marina Gaspar Batista, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes e absteve-se Ana Luzia Quintela Santos Cruz. ----------

A PROPOSTA N.º 15/MANDATO 2017-2021 – MAPA DE PESSOAL PARA 2018, foi aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

11) PROPOSTA N.º 16/MANDATO 2017-2021 – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir e uma vez que não houve inscrições, colocou o assunto à votação, tendo votado contra, os Senhores Deputados Municipais: Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Iola Marina Gaspar Batista, Marilisa Morais Duarte, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues; abstiveram-se, João Manuel Lima Louceiro e Luís Miguel Pereira Brandão e votaram a favor, Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da

Silva, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. ----------

A PROPOSTA N.º 16/MANDATO 2017-2021 – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, oito votos contra e duas abstenções. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Deputada Municipal, Senhora Isabel Santiago, pediu a palavra, para ler a seguinte Declaração de Voto: ----------

"Nós sabemos que assegurar e reforçar a participação cívica dos eleitos e de toda a população deve ser um desígnio para a política, enquanto comunidade. Esvaziar o conteúdo de um órgão como a Assembleia Municipal, tratando-o como um acessório é o caminho com o qual não queremos e não vamos pactuar, com demagogia poder-se-ia alegar que devemos reduzir os custos de funcionamento da Assembleia Municipal, no entanto com honradez, podemos afirmar que a Assembleia Municipal deve cumprir as funções para as quais foi eleita, tal como o Executivo. É pois chegada a hora de pedir mais representatividade e mais efetividade para esta Assembleia Municipal, sem divisões de responsabilidade ou de cheques em branco ao Executivo. Esses são os motivos que nos impedem de votar favoravelmente esta medida, que esvazia as nossas competências enquanto eleito na Assembleia Municipal". (inicio: após 5 horas e 1 minuto; fim: após 5 horas e 3 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra, referindo que o que está em análise são os contratos plurianuais e que a Assembleia Municipal teria que reunir, de acordo com o mapa apresentado, trinta e quatro vezes, o que não tornaria uma gestão capaz e "desafiou" para o facto de os Senhores Deputados, se alguma vez, se estiverem do outro lado, o farão. Isso será demagogia. (inicio: após 5 horas e 3 minutos; fim: após 5 horas e 5 minutos) ----------

12) PROPOSTA N.º 17/MANDATO 2017-2021 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2018: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, e uma vez que não houve inscrições, colocou o assunto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

A PROPOSTA N.º 17/MANDATO 2017-2021 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2018, foi aprovada por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

13) PROPOSTA N.º 18/MANDATO 2017-2021 – ISENÇÃO TEMPORÁRIA E CONDICIONADA DO PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO COM CONDUTAS DE GÁS NATURAL: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, e no uso da mesma leu o seguinte: ---

"A proposta de isenção temporária e condicionada que aqui chega tem, a montante, uma história de favorecimento de grandes grupos económicos. Os envolvidos foram e são os do costume nestas maquinações. ----------

Sabemos que câmara traz aqui esta proposta de isenção da taxa porque, caso a não faça, serão os consumidores a terem de a suportar. Não a empresa que, em regime de monopólio, lucra com a utilização do subsolo do município da Mealhada, mas sim os consumidores a quem a empresa vende o gás natural. No entanto, ao proceder a tal isenção, a autarquia perde receita que deveria vir do uso de um bem público para obtenção de resultados económicos e distribuição de dividendos. ----------

Já aqui o lembrámos noutra altura e para desagrado de alguns. Em 2006 – governo e maioria absoluta do Partido Socialista – foi publicada a lei do regime geral das taxas das autarquias. Aparentemente, tratava-se de regulamentar e dar às autarquias meios de justa obtenção de receita para a realização das suas competências. ----------

Rapidamente se viu que outros interesses mandavam mais alto que o interesse dos municípios e das populações. A minuta do contrato celebrado entre o governo do PS e LUSITANIAGÁS — Companhia de Gás do Centro, S. A. já concedia o direito de a empresa fazer repercutir a taxa sobre os clientes. E andamos nisto desde então, com mais governos PS e, entretanto, um com PSD e CDS... ----------

Dirá o grande grupo económico a que pertence a LUSITANIAGÁS: os amigos querem-se para as ocasiões... Nós diríamos de outra maneira: opções de classe! A fazer lembrar a recente novela da nova taxa para produtores de energias renováveis, a tal que era mas que, de repente, deixou de ser, em benefício, mais uma vez, do mesmo e de outros grupos económicos. ----------

Um aspeto interessante presente na fundamentação da proposta que a câmara aqui traz é lembrar-nos que o governo do Partido Socialista, o atual, se comprometeu em sede de OE a alterar o quadro legal que permite a repercussão das taxas sobre os consumidores, mas que não cumpriu o prometido... Alguma conversa de pé de orelha também está a retardar a alteração que o governo se comprometeu a fazer, ou será só falta de tempo?... ----------

Quanto a isto, e tendo em conta os prejuízos e a injustiça da situação que obrigam, uma vez mais a votar a isenção, o PCP pergunta se a câmara já encetou alguma diligência para mostrar o desagrado pelo atraso e para pressionar a prometida alteração do quadro legal. Serão quase 200 mil euros que ficarão nos resultados da exploração da empresa e não nas mãos da autarquia para, por

exemplo, os investir em melhorias nas freguesias!" (inicio: após 5 horas e 5 minutos; fim: após 5 horas e 9 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Câmara interveio, referindo concordar com o que disse o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro. Para sua surpresa a Lei do Orçamento tinha uma norma que depois de algum modo a Lei de Enquadramento Orçamental veio dar razões para que as empresa concessionárias, neste caso as de gás não a cumprisse e aguarda com alguma expectativa o Orçamento de 2018, uma vez que ouviu de um membro do Governo que isso seria corrigido na Lei de Enquadramento Orçamental para 2018, e isso e verificar a isenção deixará de existir. (inicio: após 5 horas e 9 minutos; fim: após 5 horas e 11 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Iola Marina Gaspar Batista, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Nuno Miguel Ferreira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes; abstendo-se o Senhor Deputado Municipal, João Manuel Lima Louceiro. ----------

A PROPOSTA N.º 18/MANDATO 2017-2021 – ISENÇÃO TEMPORÁRIA E CONDICIONADA DO PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO COM CONDUTAS DE GÁS NATURAL, foi aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

14) APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE CASAL COMBA – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO DE ESTALEIRO – PROPOSTA N.º 19/2017 MANDATO 2017-2021: ----------

A Senhora Presidente perguntou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, e no uso da mesma, solicitou esclarecimentos sobre o pedido de apoio. (inicio: após 5 horas e 11 minutos; fim: após 5 horas e 12 minutos) ----------

A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que se trata de um apoio financeiro mediante um acordo de cooperação com a Junta de Freguesia para a ajudar a comprar um estaleiro que será partilhado com a Câmara Municipal, sempre que for necessário. É uma ajuda do Município, com algumas condições para a utilização do imóvel que foi

devidamente avaliado, sendo o apoio no valor de setenta mil euros. (inicio: após 5 horas e 12 minutos; fim: após 5 horas e 14 minutos) ----------
A PROPOSTA N.º 19/2017 MANDATO 2017-2021 - APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE CASAL COMBA – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO DE ESTALEIRO, foi aprovada por unanimidade. ---
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
15) DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS PARA A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ: ----------
A Senhora Presidente questionou sobre a existência de propostas e se alguém queria intervir, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Municipais, Pedro Semedo, João Louceiro e a Ana Luzia Cruz. ----------
1) O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que esta convocatória é contraditória relativamente à convocatória para a última reunião, uma vez que esta faz referência à designação de três elementos e a anterior, a quatro. Acrescentou que foi nomeado pela Assembleia Municipal, para a Comissão, há cerca de ano e meio em substituição de uma pessoa e como o artigo vigésimo sexto da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, no número um, estipula que os membros da Comissão de Proteção são designados por um período de três anos, renovável por duas vezes e o número quatro refere que os comissários mantêm as suas funções até ao final do mandato, considera que o seu apenas termina em 11/05/2019. (inicio: após 5 horas e 14 minutos; fim: após 5 horas e 19 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, pediu a palavra e no uso da mesma, referiu que a lista apresentada pela Coligação, só propõe três elementos, uma vez que o Senhor Pedro Semedo já faz parte. (inicio: após 5 horas e 19 minutos; fim: após 5 horas e 20 minutos) ----------
A Senhora Presidente da Mesa, informou que foram entregues à Mesa 4 propostas, que a seguir se indicam e que seriam designadas, como Propostas A, B, C e D, respetivamente. ----------
3) O Senhor Deputado Municipal, João Louceiro, pediu a palavra e no uso da mesma, leu a proposta seguinte: *"O PCP apresenta a proposta de uma cidadã para integrar a comissão alargada da CPCJ:* ----------
De acordo com a Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, que procede à segunda alteração à Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, a composição da comissão alargada da CPCJ integra "quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo"; a alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º determina que esses cidadãos são designados pela assembleia municipal. ----------
Ao encontro do pedido dirigido a V.ª Ex.ª pela senhora presidente da CPCJ Mealhada, que se encontra na base do ponto 7 da ordem do dia da presente sessão, e na certeza de que a proposta preenche plenamente os requisitos

enunciados pela lei e pela solicitação da CPCJ, o PCP propõe a designação, por esta assembleia municipal, de Isabel Pinto Ferreira Lemos. ----------
Da cidadã proposta, cuja intervenção profissional e política é conhecida de muitos dos aqui presentes, deixamos as seguintes notas biográficas: ----------
Professora de Língua Portuguesa durante 40 anos, 20 dos quais no concelho da Mealhada, o que implicou o conhecimento de alunos de todo o concelho. ----------
Mesmo no exercício de funções diretivas, exerceu sempre a função de professora, tendo pedido autorização especial para tal. Durante a vigência dessa regra, a nível nacional, apenas houve mais um caso de tal pedido à tutela. ----------
Foi orientadora de estágio de Língua Portuguesa em 1979/1980 e orientadora pedagógica de Português 1981/82 a 84/85. ----------
Foi investigadora na FCTUC, Projecto MINERVA. ----------
Foi membro do conselho diretivo na Escola Técnica da Lousã de 1974 a 1976. -----
Foi presidente do conselho diretivo e conselho pedagógico da E.B. 2,3 da Mealhada. ----------
Foi presidente do conselho executivo e conselho pedagógico. ----------
Foi diretora do Centro de Formação de Professores dos Concelhos de Anadia e Mealhada, Rodrigues Lapa, continuando, na altura, a ser professora de Língua Portuguesa. ----------
Foi diretora de turma durante 20 anos, 12 dos quais na E.B. 2,3 da Mealhada e coordenadora dos diretores de turma: E. B. de Anadia. E.B. de Condeixa 1985/1986. ----------
Foi coordenadora dos diretores de turma do Agrupamento de Escolas da Mealhada. ----------
Foi membro do Conselho Pedagógico, num total de 25 anos. ----------
Foi responsável pelos Projetos Educativos e Novas Áreas Curriculares no Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas da Mealhada. ----------
Foi responsável pelo Grupo de Teatro da E.B. 2,3 da Mealhada durante 5 anos. ---
Venceu 6 prémios de desenvolvimento de Software Educativo instituídos pelo Instituto de Inovação Educacional. ----------
Formadora acreditada pelo Conselho Científico da Formação. ----------
Por toda a vida profissional e pelo contacto que ela sempre permitiu com crianças e jovens e com os seus problemas, o PCP entende que a cidadã Isabel Pinto Ferreira Lemos preenche cabalmente os requisitos referidos na lei. Por isso, apela à sua designação por esta assembleia.- Requerer a prévia clarificação do processo de tomada de decisão quanto à designação dos cidadãos, sugerindo que, se houver consenso, seja adotado um procedimento semelhante à designação dos cidadãos para o conselho municipal de segurança: lista com um elemento proposto por cada força política e votação secreta que formalize a decisão. ----------
Feita a apresentação da proposta, o PCP requer a prévia clarificação do processo de tomada de decisão quanto à designação dos cidadãos, sugerindo que, se

houver consenso, seja formada uma lista com um elemento proposto por cada força política e votação secreta que formalize a decisão. ----------
Esta é uma possibilidade facilitada por estarmos perante a designação de quatro cidadãos. ----------
Caso não seja aceite, entendemos que todos os cidadãos propostos devem ser votados, sendo os quatro cidadãos mais votados, entre todos os propostos, deverão ser os designados. ----------
Eleger os elementos em causa por listas é errado e converter-se-ia num ato de partidarização da comissão alargada da CPCJ, o que não é um caminho aceitável. João Louceiro, Eleito do PCP" (inicio: após 5 horas e 20 minutos; fim: após 5 horas e 26 minutos) ----------
4) A Senhora Deputada Municipal, Ana Luzia Cruz, pediu a palavra e no uso da mesma, apresentou o perfil do cidadão que o Bloco de Esquerda propõe: Maria de Fátima de Sousa Ramos, residente no Luso, tendo como habilitações, Licenciatura em Ciências Psicológicas com Mestrado Integrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. No âmbito do seu estágio faz trabalho de intervenção, está a fazer trabalho de intervenção com crianças em risco numa escola TEIP, Território Educativo de Intervenção Prioritária, e em parceria com entidades locais, CPCJ, PSP, Centro de Saúde, Câmara Municipal entre outros organismos. (inicio: após 5 horas e 26 minutos; fim: após 5 horas e 29 minutos) ---
A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que a Assembleia deve indicar os membros para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ, sendo certo que o seu funcionamento não é afetado até que tal aconteça. Acrescentou ainda que quando a Assembleia Municipal toma posse, recebe pedidos da C.P.C.J., para indicar os membros para a Comissão Alargada, pelo menos, assim aconteceu em 2013 e em 2017. Esclareceu que os mandatos se iniciam com as nomeações e que as substituições que se venham a verificar não começam de novo, mas, continuam na posição da pessoa que substituem. Afirmou não compreender a razão das questões que têm surgido com a indicação das pessoas para integrarem a Comissão Alargada da C.P.C.J. Quando é aberto o ponto da Ordem do Dia para indicação dos membros, devem ser entregues as propostas que existem, não devendo ser a Mesa a compor listas ou a fazer sugestões nesse sentido. Na última sessão o assunto foi colocado à discussão e concedido tempo para conversações entre os membros da Assembleia, mas perante a falta de entendimento na composição das listas e na apresentação de propostas, o ponto foi retirado, não tendo havido indicações da Mesa para se realizar votação, nem tendo os membros da mesma votado o assunto. Não há nada mais democrático do que sujeitar os assuntos a votação, e tal como noutros assuntos, o método deverá ser o mesmo. A Assembleia Municipal deve designar os cidadãos, nos termos no artigo dezassete, número um, alínea l) da lei que está em vigor, que determina a eleição de quatro cidadãos eleitores. (inicio: após 5 horas e 29 minutos; fim: após 6 horas e 8 minutos) ----------

O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, pediu a palavra, e no uso da mesma, informou que como sinal de protesto para a escolha de quatro membros para a Comissão Alargada da CPCJ, se ausentava da sessão. (inicio: após 6 horas e 8 minutos; fim: após 6 horas e 10 minutos) ----------
O Senhor Deputado Municipal, Pedro Semedo, ausentou-se às 2 horas e 10 minutos, de 28/12/2017. ----------
A Senhora Presidente da Mesa procedeu à leitura das Propostas apresentadas, identificadas por A, B, C e D, respetivamente. ----------
PARTIDO SOCIALISTA - LISTA A: ----------
- Paula Coelho; Susana Almeida; Isabel Luzeiro, e ainda, o cidadão Júlio Manuel dos Santos Penetra - residente no Luso. ----------
BLOCO DE ESQUERDA – LISTA B: ----------
- Maria de Fátima de Sousa Ramos ----------
PCP – LISTA C: ----------
- Isabel Pinto Ferreira Lemos ----------
COLIGAÇÃO "JUNTOS PELO CONCELHO DA MEALHADA" – LISTA D: ----------
- Raul Rodrigues; Marlene Lopes; Nuno Melo ----------
De seguida, a Senhora Presidente da Mesa colocou as listas à votação, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após recolha dos votos, foi apurado, o seguinte resultado: ----------
- LISTA A – 17 votos; ----------
- LISTA B – 1 voto; ----------
- LISTA C – 1 voto; ----------
- LISTA D – 7 votos ----------
A Senhora Presidente da Mesa informou que de acordo com o método eleitoral Hondt, os 4 cidadãos designados pela Assembleia Municipal, para a Comissão Alargada da CPCJ eram: Ana Paula Ribeiro Coelho, Susana Catarina Simões de Almeida, Raul Isidro da Silva Oliveira Rodrigues e Isabel Maria dos Santos Luzeiro. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
--------E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 2 horas e 35 minutos, do dia 29 de dezembro de 2017, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, _____ Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99,de18 de Setembro. ----------

_____